



## Destaque Rural nº 112

02 de Dezembro de 2020

### Cobertura Florestal na Província de Niassa

Mélica Chandamela

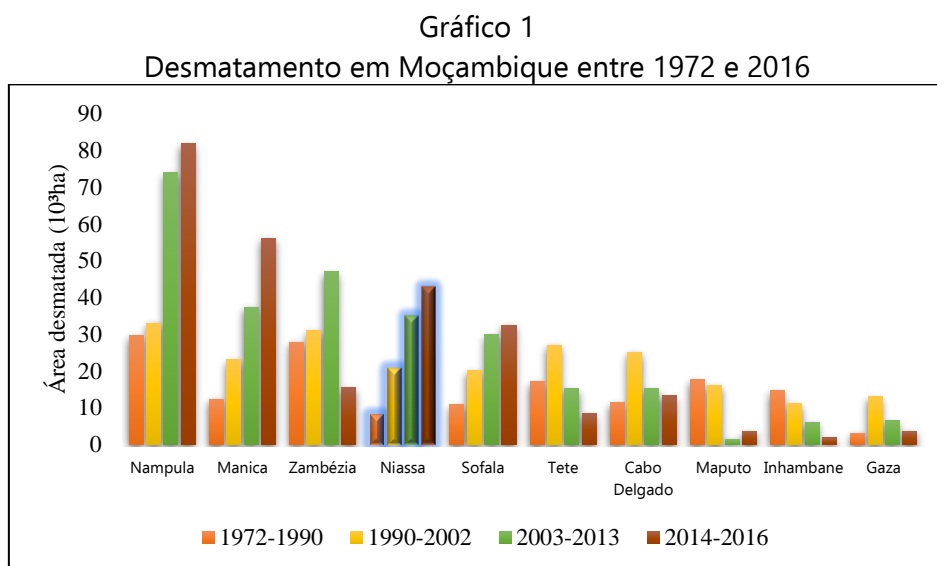
## 1. INTRODUÇÃO

Estudos realizados nos últimos anos demonstram que o actual modelo de exploração florestal poderá remeter à necessidade de alterar o discurso que refere que Moçambique é um país rico em recursos florestais<sup>1</sup>. Entre as principais causas do abate descontrolado das florestas nacionais, estão a agricultura itinerante, o corte ilegal, a fraca fiscalização, planos de manejo ineficientes ou inexistentes, a corrupção, entre outros.<sup>2</sup>

Este Destaque Rural aborda o desflorestamento observado na província de Niassa e as suas relações com a população, área cultivada e o clima, o reflorestamento realizado e as possíveis soluções a fim de se observarem melhorias no sector.

## 2. CONTEXTO

O Gráfico 1 mostra a área florestal perdida no país por província, entre os anos 1972 e 2016. A província de Niassa aparece em destaque no gráfico.

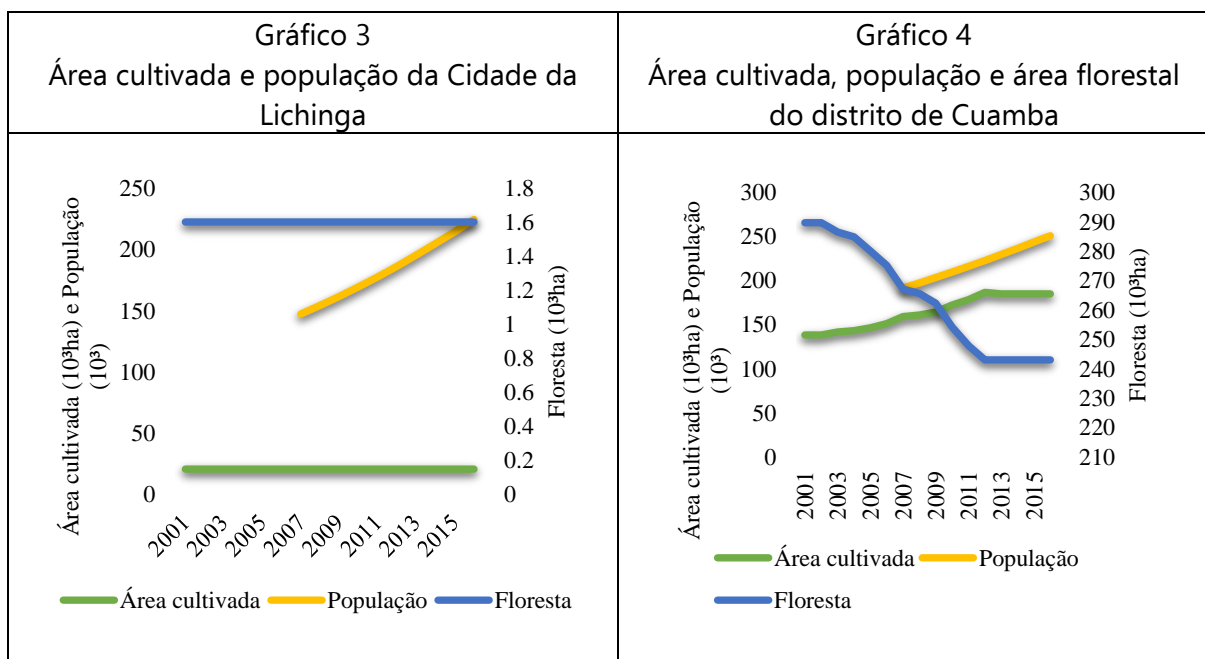
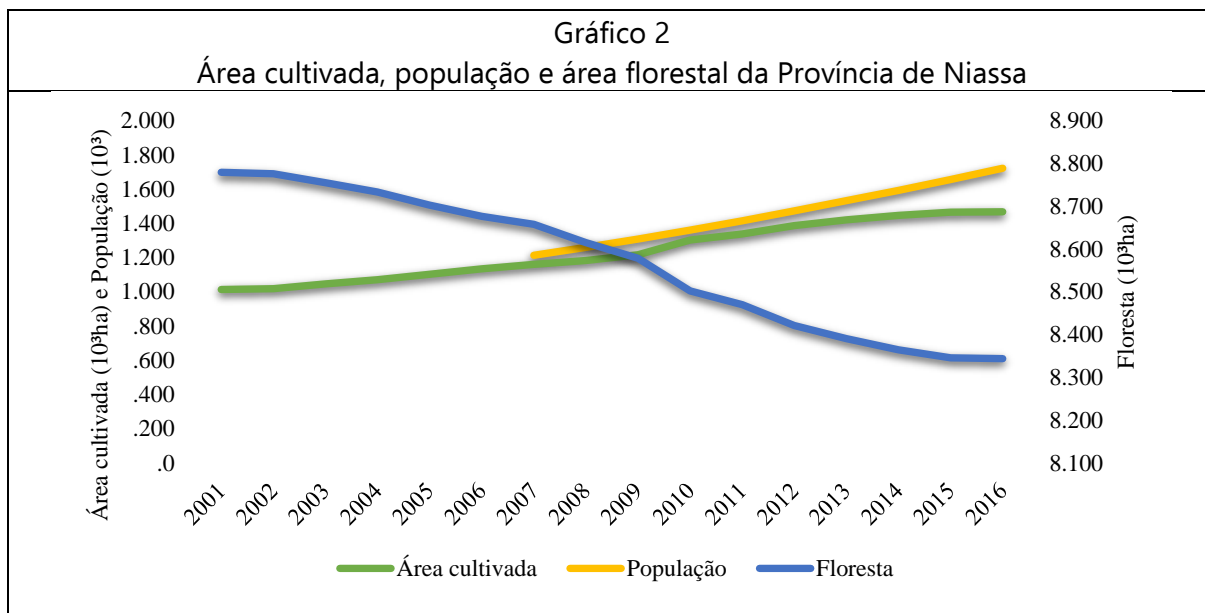


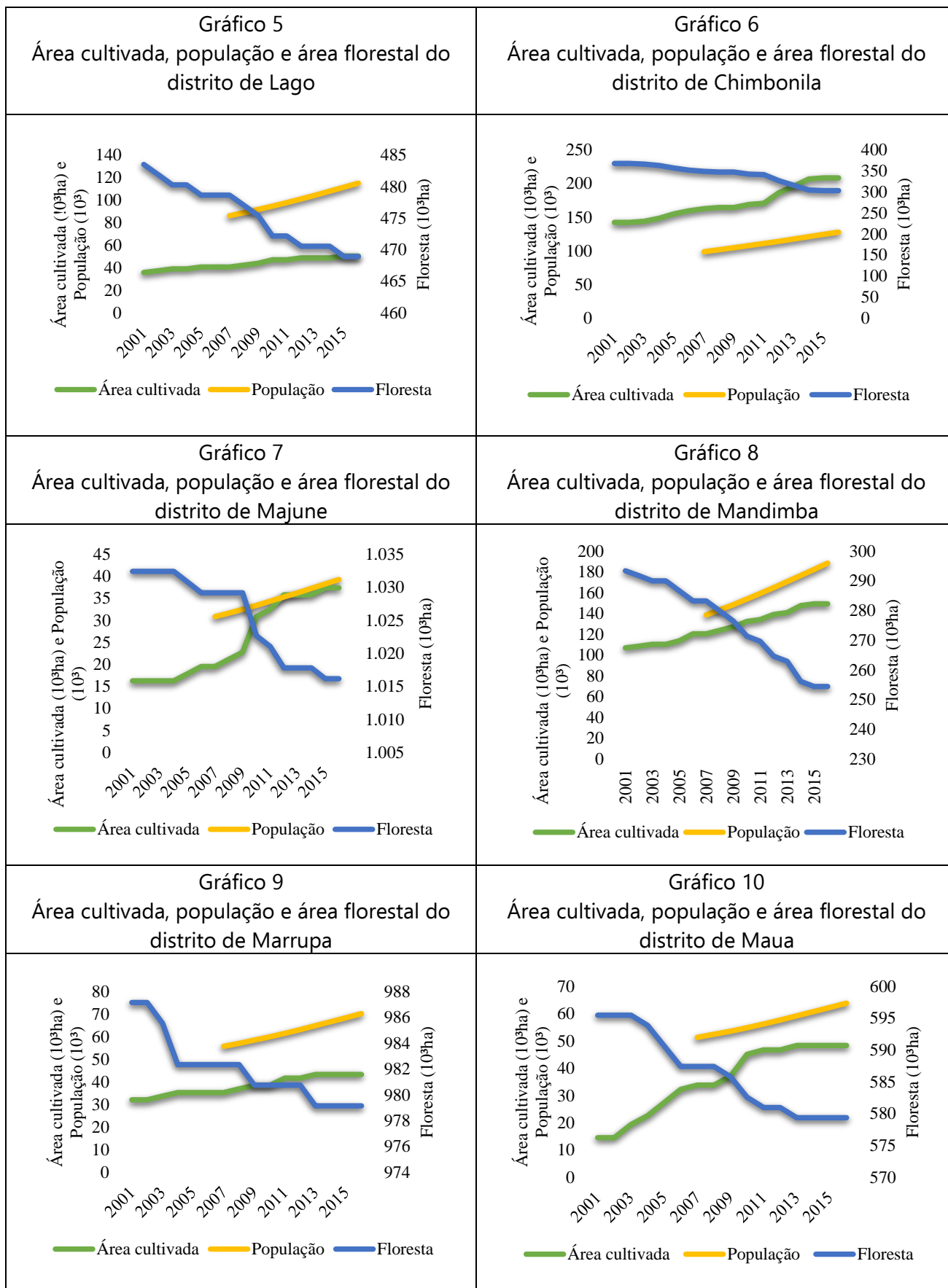
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), 2020.

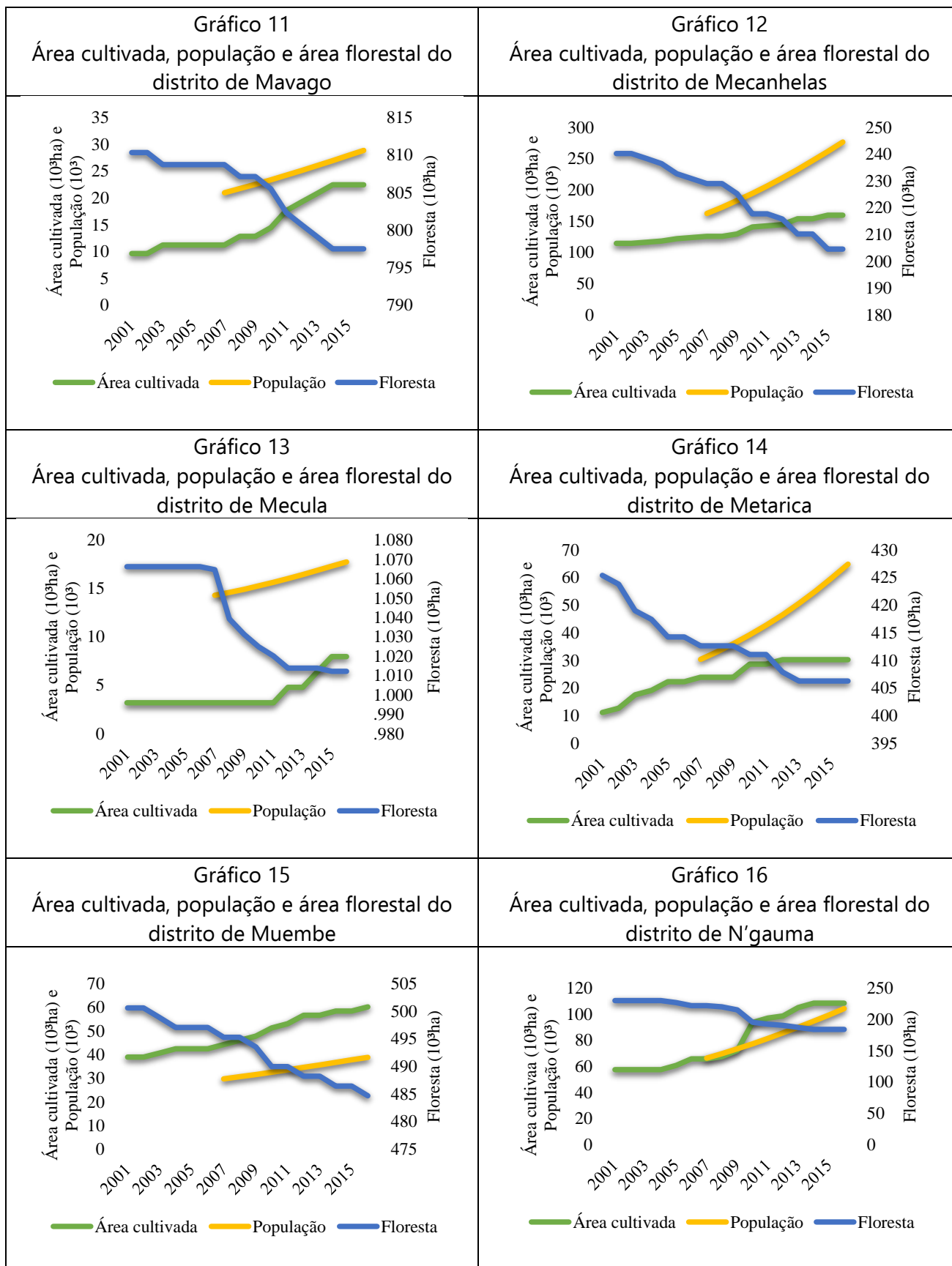
<sup>1</sup> WRM. (2020, Março 5). <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/florestas-de-mocambique-em-extincao/>, acessado em 25 de Fevereiro, 2020.

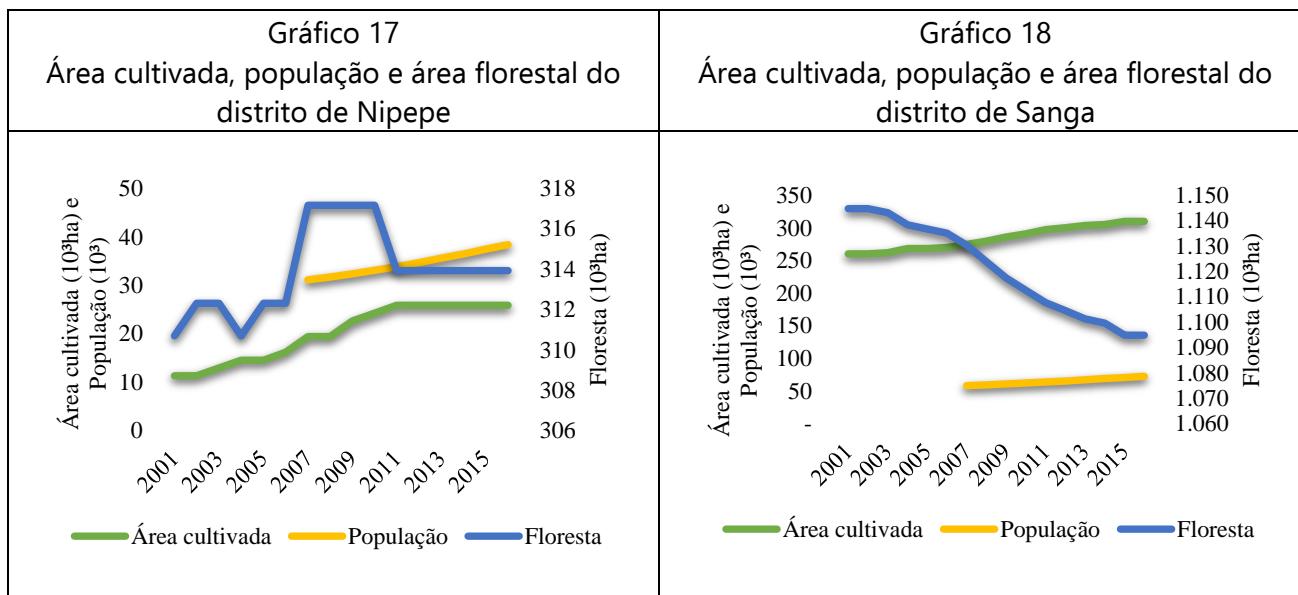
<sup>2</sup> Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

Observa-se no Gráfico 1 que Niassa teve uma perda de cerca de 10% da cobertura florestal, sendo a quarta província com maior desmatamento a nível nacional entre os anos 1972 e 2016. É possível ver que nesta província houve um aumento do desmatamento ao longo do tempo. Os gráficos a seguir (gráficos 2 a 18) mostram a tendência da cobertura florestal em Niassa em comparação com a área cultivada (uma vez que a agricultura itinerante é tida como o principal factor do desflorestamento nacional) e o crescimento demográfico.









Em Niassa a cobertura florestal reduz-se continuamente ao longo do tempo. Durante o período em estudo, observa-se uma perda de cerca de 435.000 hectares. Observam-se reduções acentuadas na maior parte dos distritos, nomeadamente: Chimbonila (65.000 hectares), Mecula (54.000 hectares), Sanga (50.000 hectares), Cuamba (47.000 hectares) e N'gauma (46.000 hectares) no período entre 2001 e 2016.

Em Moçambique, a reserva nacional de Niassa é uma das últimas regiões selvagens preservadas de África. Contudo, este património natural é afectado pela exploração florestal e mineira ilegais, pelo crescimento populacional e pelas mudanças climáticas.<sup>3</sup>

Significativo investimento está sendo realizado no Niassa por empresas de plantações florestais com o intuito de florestar milhares de hectares de pinho, eucalipto, entre outros.<sup>4</sup> Porém, o novo negócio trouxe novos problemas: "...o que nós temos ainda nem justifica a instalação de fábricas, como de polpa ou de processamento de madeira. Para justificar uma indústria de polpa, tem que se ter uma área útil de mais ou menos 200 mil hectares plantados", palavras de Inocêncio Sotomane, presidente da Associação das Empresas Florestais.<sup>5</sup> Outro aspecto que é preocupação das comunidades são os contractos de carácter sazonal: "...normalmente, quando isso acontece, o camponês já perdeu o período de lavoura e cultivo. E quando é despedido, fica sem alternativas para poder alimentar-se; uma vez que está desempregado e perdeu o tempo de produção quando estava a trabalhar".<sup>6</sup> Ainda que sejam feitos esforços no sentido positivo, se as comunidades se sentem excluídas dos benefícios, poderão contribuir negativamente no processo em busca de satisfazer suas necessidades.

<sup>3</sup> AFD. (2020, Junho 17). Obtido em AFD: <https://www.afd.fr/pt/actualites/grand-angle/mocambique-um-santuario-da-biodiversidade-preservar>

<sup>4</sup> Sousa, G. (2020, Junho 17). DW. Obtido em DW: <https://www.dw.com/pt-002/empresas-florestais-apostam-em-mo%C3%A7ambique-e-no-niassa/a-16657679>

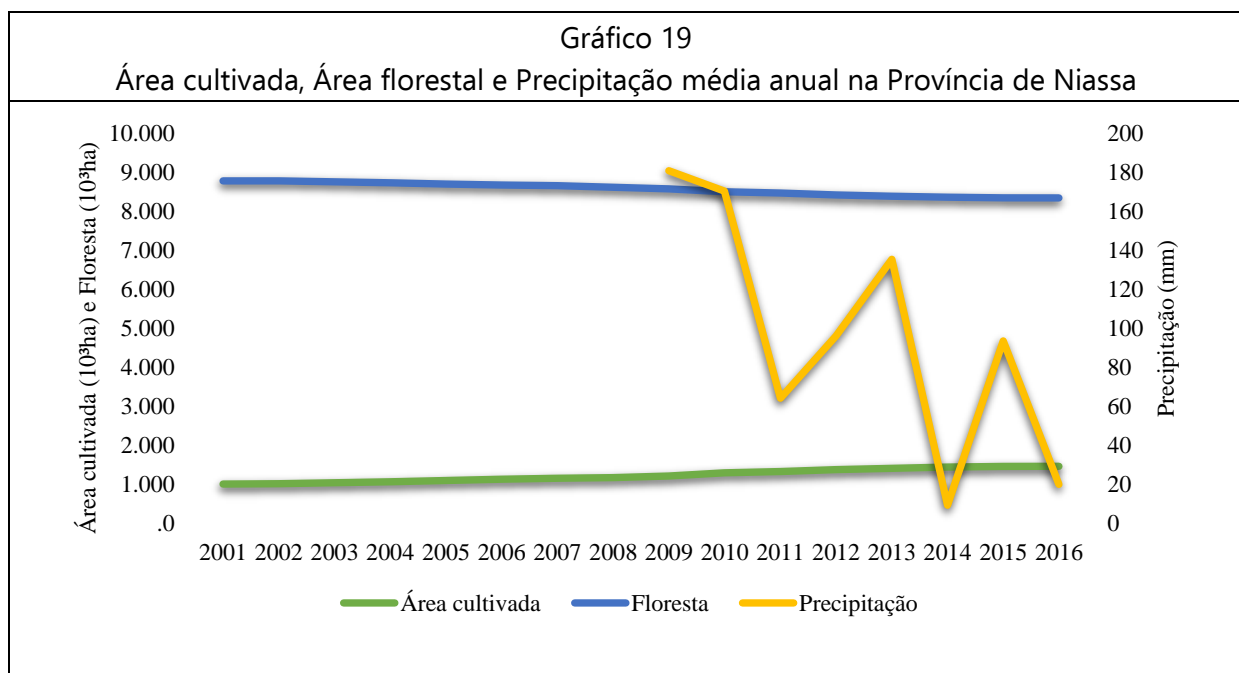
<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Idem

A procura de produtos florestais tende a aumentar com o crescimento demográfico, uma vez que aumenta também a procura dos mesmos. Os gráficos mostram que, na Província de Niassa, a evolução da cobertura florestal e da população são inversas, sendo que a população cresce continuamente enquanto a área florestal declina. Todavia, a nível distrital, existem casos em que o decréscimo da área florestal não acompanha o crescimento populacional (distrito de Marrupa e cidade de Lichinga). A razão por detrás deste fenómeno pode ser o surgimento de outras fontes de rendimento, que resultam numa menor pressão nas florestas. Por outro lado, observa-se um certo aumento na área florestal do distrito de Nipepe, podendo-se dever a esforços de reflorestamento que se têm observado ao longo dos anos em todo o país (ver secção 3 a seguir).

A área cultivada ganhou cerca de 455.000 hectares entre 2001 e 2016, evoluindo de forma inversa à cobertura florestal. Os distritos com aumento mais acentuado nas áreas agricultadas foram: Chimbonila (66.000 hectares), N'gauma (51.000 hectares), Sanga (50.000 hectares), Cuamba (47.000 hectares), Mecanhelas (46.000) e Mandimba (42.000). No caso do distrito de Mecula e cidade de Lichinga, observou-se um crescimento menos acelerado da área agricultada que nos distritos anteriormente mencionados. Este pode ser resultado da variação de fontes de rendimento (conforme explicado anteriormente).

O gráfico 19 mostra as tendências climáticas da província de Niassa (dados obtidos no INE).



Ao longo dos anos, a precipitação total oscila muito, havendo anos de chuva moderada (média 9,4 mm) e outros de muita chuva (180,8 mm).<sup>7</sup> Sendo a agricultura a principal fonte de renda da maioria da população e porque a produtividade e produção dependem muito do clima (em particular da pluviometria), uma grande variação nas chuvas (estiagem ou excesso) pode levar

<sup>7</sup> "Os parâmetros de intensidade são os seguintes: até 5 mm, a chuva é considerada fraca; de 5,1 a 25 mm é considerada moderada; de 25,1 a 50 mm é forte; e a partir de 50 mm é muito forte." (<http://uenfciencia.blogspot.com/2012/01/entenda-as-unidades-de-medida-de-chuvas.html>). Acedido a 20/04/20

a maior desmatamento (as florestas tornam-se uma fonte alternativa de rendimento). Porém, no caso específico de Niassa, não se observa esta relação entre a precipitação média, a cobertura florestal e área cultivada.

### 3. REFLORESTAMENTO

O Quadro 1 apresenta a área reflorestada na província de Niassa entre os anos 2010 e 2018.

Quadro 1  
Hectares reflorestados na Província de Niassa

Ano	Área reflorestada em Niassa (ha)	Área reflorestada no país (ha)	Percentagem do reflorestamento em Niassa no reflorestamento nacional (%)	Área desmatada em Niassa (ha)	Percentagem do reflorestamento em Niassa na área desmatada na província (%)
2009	7.307	14.067	51,9	76.000	9,6
2010	10.460	15.786	66,3	32.000	32,7
2011	10.774	14.846	72,6	49.000	22,0
2012	5.596	9.060	61,8	31.000	18,1
2013	5.505	11.552	47,7	26.000	21,2
2014	9.138	20.738	44,1	19.000	48,1
2015	1.951	9.104	21,4	1.000	195,1
2016	134	4.943	2,7	1.000* <sup>8</sup>	13,4
2017	2	3.037	0,1	1.000	0,2
2018	8	1.186	0,7	1.000	0,8

Fonte: Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2011-2019

Nota-se que as acções de reflorestamento realizadas no país têm sido consideráveis na província de Niassa. Ainda assim, em alguns casos, as áreas reflorestadas são muito inferiores às áreas desmatadas.

### 4. RESUMO

Assim como no resto do país, verifica-se na Província de Niassa uma relação inversa entre crescimento da população e das áreas cultivadas com as áreas desflorestadas (com excepção dos distritos de Marrupa e cidade de Lichinga, em que o decréscimo da área florestal não acompanha o crescimento populacional; no distrito de Mecula e na cidade de Lichinga observou-se um crescimento menos acelerado da área agricultada em comparação aos outros distritos; e distrito de Nipepe, em que houve aumento da área florestal).

Não há relação directa entre a pluviometria, a área agricultada (principal fonte de rendimento das famílias no meio rural) e o desflorestamento.

<sup>8</sup> \*: Por ausência de dados, foi usada a informação do ano anterior (apenas para questões de comparação).

Quando se compara a área reflorestada com a área desmatada de Niassa, nota-se que a província tem sido um dos principais focos das acções de reflorestamento. Entre 2009 e 2018, a taxa de reflorestamento em Niassa (relativamente a área reflorestada em todo o país) foi de 72,6%.

## 5. RECOMENDAÇÕES

É necessário que se tomem medidas a nível da província de Niassa para que se verifiquem melhorias no sector local de florestas. O aumento da produtividade agrícola, o investimento na transformação primária e secundária da madeira e a adopção de fontes de energia alternativas às florestas, como o gás, electricidade e energia solar, são algumas das medidas que poderão travar as actuais tendências de desmatamento. Acções de reflorestamento devem ser intensificadas em todas as províncias. As reformas políticas no sector de florestas que o governo tomou nos últimos anos, nomeadamente a nova política de florestas, o banimento da exportação de madeira em toros e acções de prevenção, reforço da fiscalização e combate à actividade ilegal no sector, devem ser reforçadas e implementadas de forma integrada com envolvimento de todos os intervenientes para que os resultados sejam mais notáveis.<sup>9</sup>

Observações feitas em vários países nos últimos anos indicam que o manejo florestal com base na comunidade funciona e pode contribuir para o controlo do uso ilegal e insustentável das florestas. Os princípios fundamentais do Maneio Comunitário de Florestas (MCF) são<sup>10</sup>:

- Posse segura das florestas a longo prazo, com limites claros entre as comunidades;
- Direitos de uso bem assentes;
- Criminalização de todo o uso ilegítimo de madeira comercial nas florestas comunitárias.

Para a eficiente implementação destas medidas, é necessário, em primeiro lugar, criar incentivos financeiros para as comunidades (para além dos momentos de capacitação e participação na gestão), de forma que a renda proveniente da protecção e gestão com base na comunidade exceda o custo de protecção e gestão. Em segundo lugar, é necessário facilitar o uso legal da floresta pelas comunidades, de forma a reduzir a utilização de produtos florestais como fonte fundamental de rendimento das famílias, sobretudo em situação de crise. Este patamar pode ser atingido ao reduzir-se a burocracia desnecessária para exploração legal. "Geralmente, a comunidade sabe muito bem como afastar exploradores ilegais, chegando mesmo a arriscar as suas vidas. Regras simples na comunidade são muito mais eficazes do que complicados planos de gestão"<sup>11</sup>.

Poderiam ser fornecidos direitos às comunidades para detenção e confiscação de produtos ilegais, para além de compensações pelos bens confiscados. "As comunidades da Gâmbia ficam com 100% da receita da venda de produtos confiscados e, na Zâmbia, há a proposta de

<sup>9</sup> Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

<sup>10</sup> IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.

<sup>11</sup> IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.



que fiquem com 50%.”<sup>12</sup> Por fim, a introdução de um prazo de 30 dias para aprovação pelo gabinete distrital de florestas aquando da emissão de licenças pode também ser aplicado, sendo que, passado este período sem resposta, as comunidades podem transportar, sem licença, a madeira para o mercado. “Isso reduz a possibilidade de corrupção, torna o uso legal mais atractivo e motiva as comunidades a ajudarem a impedir a ilegalidade”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Idem